

Noticiar a dor: possibilidades e dificuldades do jornalismo na tragédia de Santa Maria¹

Reporting pain: possibilities and difficulties of journalism in the tragedy of Santa Maria

Sylvia Debossan Moretzsohn²

Resumo: *Este artigo aborda a necessidade e a dificuldade de se noticiar a dor, entendida como elemento constitutivo da própria atividade humana e, portanto, indissociável da cobertura jornalística. Discute a relação entre razão e emoção a partir de abordagens da filosofia, sociologia e neurobiologia e defende a emoção como um valor para o jornalismo. Indaga como tratar esse sentimento em sua densidade, fugindo do apelo ao sensacionalismo. Aplica a análise à tragédia de Santa Maria, onde mais de 230 pessoas morreram no incêndio numa boate.*

Palavras-Chave: *Jornalismo. Emoção. Santa Maria.*

Abstract: *This article is about the need and the difficulty of reporting pain, understood as a constitutive element of human activity itself, inseparable, hence, the coverage. It discusses the relationship between reason and emotion from philosophical, sociological and neurobiological approaches and defends emotion as a value for journalism. It asks how to treat this feeling in its density, avoiding the appeal to sensationalism. The analysis is applied to the tragedy of Santa Maria, where more than 230 people died in a fire at a nightclub.*

Keywords: *Journalism. Emotion. Santa Maria.*

1. Introdução

Uma grande tragédia – ou melhor, uma grande tragédia que obtém repercussão midiática – costuma provocar imediatamente enxurradas de análises sobre a cobertura jornalística, muitas delas tão previsíveis quanto o próprio objeto que pretendem criticar. E isso não porque sejam análises feitas no calor da hora, mas porque resultam de certos cânones interpretativos que acabam se tornando clichês: parte-se do pressuposto de que a mídia, sobretudo televisiva, é manipuladora, sensacionalista, ao mesmo tempo produto e agente da “sociedade do espetáculo”, exacerba a exploração da dor com o único objetivo de conquistar

¹ Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Estudos de Jornalismo do XXII Encontro Anual da Compós, na Universidade Federal da Bahia, Salvador, de 04 a 07 de junho de 2013.

² Professora no Departamento de Comunicação Social e no PPGJA da UFF, doutora em Serviço Social. e-mail: sylviamoretz@uol.com.br.

audiência, etc. São críticas recorrentes, acionadas e aplicadas a qualquer evento desse tipo, e que por isso mesmo não apresentam qualquer novidade, ao mesmo tempo em que se revelam impotentes para interferir no quadro que denunciam: é mais ou menos por isso, também, que continuam a ser produzidas, como se a previsibilidade do noticiário as legitimasse automaticamente.

Foi o que ocorreu em boa parte da análise da cobertura da tragédia de Santa Maria³, como se pode verificar pelos textos publicados no *Observatório da Imprensa*, site de crítica de mídia que fornece elementos confiáveis para essa apreciação⁴. E foi justamente a repetição de certos lugares-comuns da crítica – salvo algumas abordagens relevantes e de rara perspicácia – que suscitaram a proposta do tema deste artigo: a necessidade de se noticiar a dor, entendida como elemento constitutivo não apenas das tragédias mas da própria atividade humana, indissociável, portanto, da cobertura jornalística, e ao mesmo tempo a dificuldade dessa tarefa.

Percorrer esse caminho exige recuperar algumas pesquisas recentes sobre o papel da emoção no jornalismo, que remetem a fontes variadas – da filosofia, da sociologia, da psicologia, da neurociência – questionadoras da tradicional e, por isso mesmo, já naturalizada oposição entre razão e emoção, ou entre *logos* e *pathos*, que sustenta o conceito redutor de objetividade sobre o qual o jornalismo dito “de referência” procura se orientar, embora a observação sistemática do que se publica ou veicula contrarie frequentemente as recomendações dos manuais. Significa reiterar a objetividade como valor fundamental para o jornalismo, entretanto entendida numa relação dialética com a subjetividade, não apenas de quem apreende os fatos e os noticia, mas também de quem os vivencia e sofre. Significa, finalmente, indagar como tratar jornalisticamente esse sentimento em sua densidade e singularidade, na contramão do sentimentalismo lacrimogêneo e da generalização que costumam pautar as reportagens desse tipo.

³ Na madrugada do dia 27/1/2013, um incêndio numa boate matou imediatamente mais de 230 pessoas, a maioria jovens universitários. Os detalhes estão no item 5.

⁴ Entre os dias 28/1/2013 e 12/2/2013 (da edição 730 à 733 do *Observatório*), foram 43 textos, de autores de variada qualificação, que abordavam diferentes aspectos da tragédia, a maioria deles sobre a cobertura midiática.

2. Razão e emoção

Num livro introdutório sobre filosofia, Marilena Chaui (1994, p. 59) mostra que a palavra “razão”, “na cultura da chamada sociedade ocidental”, origina-se do latim *ratio* e do grego *logos*, com o sentido semelhante de reunir, juntar, medir, calcular. Desde o começo da Filosofia, diz ela, a palavra é oposta a quatro atitudes mentais: ao “conhecimento ilusório” – na tradição platônica de que “a razão se opõe à mera opinião” –, às emoções, sentimentos e paixões – “que são cegas, caóticas, desordenadas”, de modo que a razão é vista “como atividade ou ação (intelectual e da vontade) oposta à paixão ou à passividade emocional” –, à crença religiosa e ao êxtase místico. Na abertura do capítulo dedicado ao tema, cita a célebre frase de Pascal, “O coração tem razões que a razão desconhece”, para argumentar sobre os significados distintos da palavra: “*Razões* são os motivos do coração, enquanto *razão* é algo diferente de *coração*; este é o nome que damos para as emoções e paixões, enquanto ‘razão’ é o nome que damos à consciência intelectual e moral” (CHAUI, 1994, p. 58).

Assim, a frase de Pascal pode ser traduzida da seguinte maneira: nossa vida emocional possui causas e motivos (as “razões do coração”), que são as paixões ou os sentimentos, e é diferente de nossa atividade consciente, seja como atividade intelectual, seja como atividade moral.

A consciência é a razão. (...) A razão, enquanto consciência moral, é a vontade racional livre que não se deixa dominar pelos impulsos passionais, mas realiza as ações morais como atos de virtude e de dever, ditados pela inteligência ou pelo intelecto. (CHAUI, 1994, p. 58).

Faltaria, nessa interpretação, indagar como razão e emoção se relacionam. De fato, a oposição entre ambos está incorporada no senso comum – e nos manuais de redação – como se fosse algo absoluto. A complexidade do tema exigiria naturalmente uma abordagem muito mais ampla e densa, mas aqui é possível pelo menos apontar interpretações que, de campos distintos do conhecimento, convergem no estabelecimento do vínculo entre essas duas esferas.

No artigo em que analisaram da maneira pela qual os jornais, em seus manuais, códigos e cartas de princípio, tratavam da temática da afetividade na produção noticiosa, Carlos Jáuregui e Elton Antunes (2012) rejeitam posições teóricas baseadas na dicotomia radical entre razão e emoção e vão se apoiar em autores que contestam essa oposição. Por exemplo, Herman Parret, para quem “o próprio juízo é passional, (...) o próprio raciocínio é afetivo”, de tal forma que, assim como “as nossas paixões influenciam nossos hábitos

judicativos, nossos juízos determinam os estados e o desenvolvimento de nossa vida passional”, de modo que “o próprio *pathos* é razoável” (PARRET, apud JÁUREGUI e ANTUNES). Isso implica, segundo os autores, “o reconhecimento de um componente afetivo no *logos* e um componente lógico no *pathos*”.

Também o antropólogo David Le Breton considera que as emoções resultariam de uma avaliação “mais ou menos lúcida” dos acontecimentos vividos:

As emoções não são expressões selvagens que vêm quebrar as condutas razoáveis, elas obedecem a lógicas pessoais e sociais, elas têm também sua razão, da mesma forma que a razão não se concebe uma inteligência pétrea ou maquinal. Um homem que pensa é sempre um homem afetado, alguém que reúne o fio de sua memória impregnada de certo olhar sobre o mundo e sobre os outros. (LE BRETON, apud JÁUREGUI e ANTUNES, 2012).

Os autores recorrem ainda a Sartre, que, na trilha da fenomenologia de Husserl, afirma que “a emoção não é um acidente, é um modo de existência da consciência, uma das maneiras como ela *compreende* (no sentido heideggeriano de ‘*verstehen*’) seu ‘ser-no-mundo’” e concluem que os afetos teriam um papel fundamental sobre a forma como o sujeito “vê as coisas”: “um ‘sujeito indignado’ não ‘vê as coisas’ da mesma forma de um ‘sujeito feliz’ ou um ‘sujeito admirado’”.

No campo da neurobiologia, o livro que António Damásio (2012) publicou originalmente em 1996 amplia as perspectivas dessa abordagem. E nem se diga aqui da suspeita sobre o trabalho dos neurocientistas – porque, afinal, os limites de conhecimento do cérebro são dados pelo próprio cérebro –, inclusive porque mesmo o autor, embora otimista, faz essa ressalva⁵. Mas é relevante saber que o que o levou a estudar os fundamentos neurais da razão foi justamente a desconfiança sobre a natureza da racionalidade: a ideia de que “decisões sensatas provêm de uma cabeça fria e de que emoções e razão se misturam tanto quanto a água e o azeite”.

Damásio (2012, p. 16) afirma que cresceu “habitado a aceitar que os mecanismos da razão existiam numa região separada da mente onde as emoções não estavam autorizadas a penetrar e, quando pensava no cérebro subjacente a essa mente, assumia a existência de sistemas neurológicos diferentes para a razão e para a emoção”. Até que se deparou com um

⁵ “Talvez a complexidade da mente humana seja tal que a solução para o problema nunca possa vir a ser conhecida devido às nossas limitações intrínsecas. (...) Mas, por mais que simpatize com aqueles que não conseguem imaginar como poderemos desvendar o mistério (...), acredito, na maior parte do tempo, que acabaremos por resolvê-lo” (DAMÁSIO, 2012, p. 22).

paciente afetado por uma doença neurológica que danificou um setor específico do seu cérebro, o que causou, de um dia para o outro, uma profunda deficiência na capacidade de decisão:

Os instrumentos habitualmente considerados necessários e suficientes para um comportamento racional estavam intactos. Ele possuía o conhecimento, a atenção e a memória indispensáveis para tal; a sua linguagem era impecável; conseguia executar cálculos, lidar com a lógica de um problema abstrato. Apenas um outro defeito se aliava à sua deficiência de decisão: uma pronunciada alteração da capacidade de sentir emoções. (...) essa correlação foi para mim bastante sugestiva de que a emoção era um componente integral da maquinaria da razão. Duas décadas de trabalho clínico e experimental com muitos doentes neurológicos permitiram-me repetir inúmeras vezes essa observação e transformar uma pista numa hipótese testável (DAMÁSIO, 2012, p. 16).

O neurocientista começou a escrever “com o intuito de propor que a razão pode não ser tão pura quanto a maioria de nós pensa que é ou desejaria que fosse”, e que “as emoções e os sentimentos podem não ser de todo uns intrusos no bastião da razão, podendo encontrar-se pelo contrário, enredados nas suas teias, para o melhor e para o pior”.

Não se pretende negar com isso que as emoções e os sentimentos podem provocar distúrbios destrutivos nos processos de raciocínio em determinadas circunstâncias. O bom senso tradicional ensinou-nos que isso acontece na realidade e investigações recentes sobre o processo normal de raciocínio têm igualmente colocado em evidência a influência potencialmente prejudicial das emoções. É, por isso, ainda mais surpreendente e inédito que a *ausência* de emoções não seja menos incapacitadora nem menos suscetível de comprometer a racionalidade que nos torna distintamente humanos e nos permite decidir em conformidade com um sentido de futuro pessoal e princípio moral. (...)

Limito-me a sugerir que certos aspectos do processo da emoção e do sentimento são indispensáveis para a racionalidade. No que têm de melhor, os sentimentos encaminham-nos na direção correta, levam-nos para o lugar apropriado do espaço da tomada de decisão onde podemos tirar partido dos instrumentos da lógica. Somos confrontados com a incerteza quando temos de fazer um juízo moral, decidir o rumo de uma relação pessoal, escolher meios que impeçam a nossa pobreza na velhice ou planejar a vida que se nos apresenta pela frente (DAMÁSIO, 2012, p. 17).

O que remete à aguda observação de Eduardo Gianetti (2011, p. 56) a respeito do processo (racional) de decisão, numa paráfrase ao *cogito* cartesiano: “Penso, logo hesito”.

Damásio indaga, afinal, qual foi o “erro de Descartes” que o motivou a dar título a seu livro e principia, justamente, desse mesmo *cogito*:

Considerada literalmente, a afirmação [“penso, logo existo”] ilustra exatamente o oposto daquilo que creio ser verdade acerca das origens da mente e da relação entre a mente e o corpo. A afirmação sugere que pensar e ter consciência de pensar são os verdadeiros substratos de existir. E, como sabemos, Descartes via o ato de pensar como uma atividade separada do corpo, essa afirmação celebra a separação da

mente, a “coisa pensante” (*res cogitans*) do corpo, não pensante, o qual tem extensão e partes mecânicas (*res extensa*).

(...) É este o erro de Descartes: a separação abissal entre o corpo e a mente, entre a substância corporal, infinitamente divisível, com volume, com dimensões e com um funcionamento mecânico, de um lado, e a substância mental, indivisível, sem volume, sem dimensões e intangível, de outro; a sugestão de que o raciocínio, o juízo moral e o sofrimento adviniente da dor física ou agitação emocional poderiam existir independentemente do corpo. (...) (DAMÁSIO, 2012, p. 218-219).

Os muitos anos de atividade clínica permitiram ao autor sugerir que, ao contrário, “a ação dos impulsos biológicos, dos estados do corpo e das emoções pode ser uma base indispensável para a racionalidade”. A seguir, recorda a célebre frase de Pascal sobre as razões do coração para propor uma modificação:

Se me fosse permitido alterar sua afirmação, diria: *O organismo tem algumas razões que a razão tem de utilizar*. Não duvido que o processo continua para além das razões do coração. Por um lado, usando os instrumentos da lógica, podemos verificar a validade das seleções que nossas preferências ajudaram a fazer. Por outro, podemos ultrapassá-las recorrendo às estratégias de dedução e indução em proposições linguísticas imediatamente disponíveis (DAMÁSIO, 2012, p. 184).

Esta é uma das observações que justificam o alerta, ainda no início do livro, sobre a necessidade de evitar um erro de interpretação muito comum nesses casos: “nunca afirmo que a emoção era um substituto para a razão, mas em algumas versões superficiais depreendia-se que minha ideia era que se você seguisse o coração em vez da razão tudo daria certo” (DAMÁSIO, 2012, p. 12)⁶.

3. Entre as sensações e o sensacionalismo

Na tese em que analisa a mitificação do casal William Bonner-Fátima Bernardes, então aparentemente inseparável na bancada do telejornal de maior audiência do país⁷, Sean Hagen (2009) dedica um capítulo à discussão sobre a emoção como valor para o jornalismo e recorre a diversos autores – Damásio destacadamente entre eles – para defender uma nova abordagem no jornalismo, que estabeleça um equilíbrio entre razão e emoção, objetividade e subjetividade. “É um equilíbrio consciente, já que inconscientemente a emoção ocupa um espaço fundamental na tomada de decisões e no processo de cognição”.

⁶ É interessante lembrar o trecho do discurso de Steve Jobs, um dos papas da informática, que depois de sua morte foi repetidamente exibido no canal pago GloboNews, apelando aos formandos de uma universidade americana: “*Remembering you are going to die is the best way I know to avoid the trap of thinking you have something to lose. You are already naked: there’s no reason not to follow your heart*” (grifo meu).

⁷ A dupla de apresentadores começou em 1998 e se tornou símbolo do Jornal Nacional, mas em dezembro de 2011 Fátima Bernardes foi substituída, supostamente porque desejava ter seu próprio programa.

Da mesma forma que Jáuregui e Antunes, Hagen (2009) aponta a emoção como um tabu refletido na orientação das empresas jornalísticas: “os muitos manuais de redação e conduta são claros: a emoção age como uma forma de espetacularização e deve ser evitada sob pena de a notícia não ser compreendida como um produto desse campo”. O autor considera essa advertência justa quando se trata de programas pretensamente jornalísticos que exacerbam no uso de músicas dramáticas em *background*, “na utilização da ‘câmera nervosa’ e do ‘vem comigo’ ou na exibição exaustiva das mesmas imagens marcantes em um curto espaço de tempo”, ou mesmo na presença de “apresentadores com exacerbada teatralidade dos gestos e das vozes, demonstrações de ira e perplexidade e a priorização do sentir em detrimento do pensar acarretam o excesso do ‘vazio’, com a forma suplantando o conteúdo”.

Porém, aponta o problema inverso acarretado pelo chamado “jornalismo de referência”, em sua busca obsessiva por uma objetividade que exclui a emoção. Por isso, conclui que, no enfoque prevalecente sobre o jornalismo de qualidade, “a emocionalidade seria um estado desviante, salvo no âmbito do jornalismo opinativo e no sempre polêmico jornalismo sensacionalista (...) em que um evidente exacerbar de emoções ultrapassaria a linha entre o ‘bom’ e o ‘mau’ jornalismo” (HAGEN, 2009).

Afinal, não deveria ser assim, não só porque as emoções fazem parte da vida – esta vida que é fonte e objeto do trabalho jornalístico – mas porque é através delas que se pode capturar a atenção de quem anda distraído, entretido com seus afazeres cotidianos – e por isso há algum sentido na velha “definição” jocosa de notícia como “tudo o que faz as pessoas exclamarem ‘nossa!’” (McEWEN, apud GOMIS, 1991, p. 55): algo que nos impressione e, no limite, nos deixe num estado de “suspensão”, para usar um termo caro à conhecida formulação de Lukács sobre a estrutura da vida cotidiana.

Bem a propósito, em sua obra mais importante, na qual trata o jornalismo como uma forma de conhecimento sob um enfoque marxista, Adelmo Genro Filho (2012, p. 207) já notava que, a rigor, todo jornalismo lida com sensações:

Se a informação jornalística reproduz as condições de uma “experiência imediata”, as sensações têm um importante papel nessa forma de conhecimento. Aliás, o que o jornalismo busca é uma forma de conhecimento que não dissolva a “sensação da experiência imediata”, mas que se expresse através dela.

Ao mesmo tempo, criticava o *sensacionalismo*, que seria uma “singularização extrema”, redutora do fenômeno à sua manifestação imediata, sem a devida contextualização:

“A sensação assume um papel destacado na reprodução da realidade e o fundamento histórico e dialético do fenômeno, ao invés de ser sugerido, é diluído na superfície do sensível” (GENRO FILHO, 2012, p. 207)

Ao analisar a cobertura do resgate dos mineiros no Chile⁸, Márcia Franz Amaral (2011) aponta esse desvio sensacionalista, que tende a ser a regra em casos assim. Citando Charaudeau, nota que dificilmente se observa a presença de atores sociais capazes de provocar polêmica na cobertura de tragédias:

Toda manifestação que revela inconformidade ou tensão é habilmente controlada para não tirar o foco do espetáculo principal. (...) Certos discursos não emergem, são interditados para que somente a singularidade tenha vez. As posições de sujeito disponibilizadas para os testemunhos restringem-se a interpelar a experiência no calor da emoção. (AMARAL, 2011, p. 76).

A autora reconhece que, “no caso de acontecimentos como as tragédias ou catástrofes, a emoção é constitutiva do enquadramento e, por isso, o uso de elementos de uma matriz dramática é frequente”, mas critica o exagero que resulta em sensacionalismo: o problema “não está no uso da emoção para relatar o acontecimento, mas num enquadramento que silencia seu entorno” e se fica circunscrito à experiência imediata.

Seja pela presença de fontes testemunhais ou de outros recursos narrativos, o apelo à emoção pode ser justificado pela dramaticidade do acontecimento, pode ser utilizado para humanizar o relato, ou ainda para produzir apenas espetáculo e sensação. Assim, o relato da emoção pode tanto sobrepor-se à gravidade social do acontecimento, quanto minimizá-la. (AMARAL, 2011, p. 77).

4. Falando da dor

Um samba antigo, da década de 1950, intitulado “Notícia de jornal”, costuma ser citado brevemente em críticas em geral ligeiras sobre a insensibilidade da imprensa – presa aos valores de uma objetividade tendencialmente pura, que pretende ater-se aos “fatos” – para o relato do que vai além das aparências: a “dor da gente”, que “não sai no jornal”⁹. O

⁸ Em outubro de 2010, 33 trabalhadores ficaram presos no interior de uma mina, a 700 metros de profundidade, no deserto do Atacama, no Chile. O resgate durou dois dias e foi transmitido ao vivo. O aparato montado em torno do local do acidente e o circo midiático que se formou levou à imediata identificação do episódio com o filme *A montanha dos sete abutres*, de Billy Wilder, no qual um jornalista sem escrúpulos estende ao máximo o resgate de um homem também preso numa mina que desabou.

⁹ A letra do samba, de Luiz Reis e Haroldo Barbosa, diz assim: “Tentou contra a existência/Num humilde barracão/Joana de tal, por causa de um tal João/Depois de medicada/Retirou-se pro seu lar/Aí a notícia carece de exatidão/O lar não mais existe/Ninguém volta ao que acabou/Joana é mais uma mulata triste que errou/Errou na dose/Errou no amor/Joana errou de João/Ninguém notou/Ninguém morou na dor que era o seu mal/A dor da gente não sai no jornal”.

sambista tem a rara perspicácia de notar que é justamente aí que a notícia “carece de exatidão”: ser exato, *objetivo*, é ter sensibilidade para perceber o turbilhão de emoções que num dado momento transborda. Que conflitos marcaram a vida daquela mulata que, num dado momento, chegou ao ponto de tentar contra a existência?

Antonio A. Serra (1980), em sua análise pioneira sobre “a representação do cotidiano num jornal popular” – o jornal *O Dia*, então símbolo da estética “espreme que sai sangue” –, utilizou a letra desse samba como epígrafe de seu livro, como uma forma sutil de mostrar a maneira pela qual publicações assim manipulavam a dor da gente (pobre), essa gente potencialmente desviante permanentemente confrontada com uma série de fatos policiais atestadores desse desvio. A dramatização da narrativa, como ocorre no jornalismo popularesco, é elemento essencial nessa relação com os leitores:

A reconstituição do fato se dá por um distanciamento teatral, bem diverso da decantada objetividade dos jornais “sérios”. Em *O Dia*, trata-se de mediar o leitor com seu próprio mundo, e com isto constituir-se em fonte de interpretação e valorização, mas num enquadramento dramático (trágico ou cômico) que o coloque no centro de vivência do narrado. Já nos jornais “sérios”, o distanciamento visa antes proteger o leitor dos fatos, esvaziando seu possível afeto, frente a uma representação “objetiva” dos acontecimentos que nele fortaleça a posição de observador “inteligente” (SERRA, 1980, p. 35)

Por isso, segundo Serra (1980, p. 38), “o elemento francamente afetivo, que no pensamento escolarizado é posto sob suspeita e sublimado numa linguagem referencial, assume nessa produção ‘de massa’ um papel tão importante”, que opõe o “movimento dramático do corpo e do afeto” ao “lugar de uma fala educada, pobre para dizer tudo o que se sente”.

Talvez seja a identificação das sensações ao universo popular, não intelectualizado – decorrente da contraposição racionalismo das elites x irracionalismo das “massas” –, aliada a uma lógica binária autoexcludente entre objetividade e subjetividade e à questão de fundo sobre a tradição do racionalismo positivista segundo o qual só se conhece o que se pode medir, que dificulte a aceitação da emoção como valor para o jornalismo de qualidade. Como se, para manter-se fiel à tradição iluminista de esclarecimento, este jornalismo só devesse se ocupar de informações objetivas, de preferência repleta de números e estatísticas – embora o próprio conceito de “informação objetiva” seja também um campo fértil para discussão. Daí a dificuldade em encarar situações que exigem do jornalista a capacidade de lidar com a esfera

fluida da sensibilidade humana, seja em episódios recorrentes da vida cotidiana, seja em grandes catástrofes ou tragédias.

A perspectiva crítica que condena a exibição do sofrimento facilita as coisas para quem não quer enfrentar essa discussão: estamos acostumados ao discurso aparentemente sofisticado inaugurado com Debord e desenvolvido por Baudrillard sobre a “sociedade do espetáculo” e os “simulacros”. Susan Sontag, no livro em que trata da possibilidade de expor a mais radical das tragédias – a atrocidade das guerras – teve a coragem de, em poucas linhas, contestar essa “pura retórica” que sugere, ironicamente, ser “de certo modo, uma especialidade francesa”, apontando-lhe o caráter ao mesmo tempo cínico e conservador:

Dizer que a realidade se torna num espetáculo é um provincianismo de cortar o fôlego. Dizê-lo é universalizar os hábitos de visão da reduzida população instruída que vive na parte rica do mundo, onde as notícias se converteram em entretenimento – o amadurecido estilo de ver que é uma aquisição primacial do “moderno”, e um pré-requisito para o dismantelamento das formas tradicionais da política baseada em partidos que proporcionam real discussão e debate. Assume que todos são espectadores. *Insinua, perversamente, ligeiramente, que não há sofrimento real no mundo.* Mas é absurdo identificar o mundo com a zona dos países de bem-estar onde as pessoas gozam do dúbio privilégio de serem espectadores do sofrimento dos outros, tal como é absurdo fazer generalizações sobre a capacidade de reagir ao sofrimento dos outros com base no dispositivo mental daqueles consumidores de notícias que não têm nenhuma informação de primeira mão sobre a guerra, a injustiça e o terror de massas. (...) (SONTAG, 2003, p. 115-116. Grifo meu).

Sontag (2003, p. 116-117) argumenta que “a discussão cosmopolita das imagens de atrocidades” gira em torno do lugar-comum que parte “do princípio de que elas pouco efeito têm, e que há algo de congenitamente cínico na sua difusão”. Assim, “os cidadãos da modernidade, consumidores da violência como espetáculo, adeptos da proximidade sem riscos, são formados para serem cínicos quanto à possibilidade da sinceridade”, pois “continua a persistir a ideia de que o apetite por imagens é um apetite ordinário ou baixo; de que se trata de vampirismo comercial”.

Resta, de todo modo, a questão essencial: como olhar – e mostrar – a dor dos outros? Ou, na formulação de Frédéric Lambert (2005), “como dizer o indizível?”. Essa indagação nos guiará na análise da tragédia de Santa Maria.

5. Morrer em Santa Maria

Na madrugada de 27 de janeiro de 2013 um incêndio na boate Kiss, em Santa Maria, Rio Grande do Sul, provocou pânico e resultou na morte imediata de centenas de jovens e outros tantos feridos, alguns dos quais viriam também a morrer nos dias e semanas seguintes. O fogo teria começado quando o vocalista da banda que se apresentava no momento apontou um artefato pirotécnico para o alto e as fagulhas atingiram o teto do palco, forrado com material acústico inflamável. O extintor de incêndio não funcionou e o fogo se espalhou rapidamente, provocando uma fumaça tóxica que causou a maioria das mortes.

Era um domingo, o que significaria uma dificuldade a mais para a cobertura já por si complicada, como ocorre com acontecimentos imprevistos e trágicos de grandes proporções. As TVs abertas improvisaram, tentando adaptar apresentadores claramente despreparados para ancorar os *flashes* da cobertura ao vivo¹⁰, as TVs pagas transmitiram ininterruptamente, convidando especialistas em situações de risco, mas sem condições de ir além de especulações, dada a impossibilidade de se obter informações mais precisas sobre as causas do incêndio. Recuperaram imagens de acontecimentos semelhantes, mostraram o desespero dos sobreviventes e parentes, a busca nos hospitais e no estádio para onde haviam sido levados os mortos. Divulgavam informações desconstruídas sobre a quantidade de vítimas, começando por um número relativamente superior ao que finalmente se confirmaria – dos mais de 250 para os 231 registrados naquele primeiro dia, embora outras mortes fossem ocorrer na sequência.

A tragédia teve repercussão internacional, interrompendo a programação das TVs, ganhando destaque nos sites e nas capas dos jornais do dia seguinte. No Brasil, a semana começou com a devida ênfase ao evento, e o noticiário se distribuiu entre a busca de culpados, a denúncia de irregularidades em casas noturnas pelo país afora – o que motivou uma corrida das autoridades para dar uma “resposta” imediata a essa inesperada exposição midiática, fechando vários estabelecimentos no Rio, em São Paulo e outras cidades – e o relato dramático dos que escaparam e dos que haviam perdido seus filhos, parentes próximos ou amigos.

No *Observatório da Imprensa*, dois artigos, ambos de grande repercussão para os padrões do site – cada um teve mais de 700 compartilhamentos –, foram publicados já no dia

¹⁰ Foi, por exemplo, o caso da dupla de apresentadores do *Esporte Espetacular*, da TV Globo.

seguinte à tragédia. Ambos indagavam sobre os limites de uma cobertura como aquela, embora em sentidos distintos: Carlos Tourinho (2013) falava em “limite” no sentido de “medida”: “Devemos dar a esta tragédia o tempo que nossas emoções pedem? O tempo jornalístico deve ser medido pelo impacto que a notícia tem sobre nossas vidas, deve ser proporcional ao volume de informações que temos para oferecer, ou deve levar em consideração o critério da proximidade?”; Luciano Martins Costa usava a palavra no sentido da incapacidade de se expressar a dimensão subjetiva daquele acontecimento:

Este é um daqueles momentos em que o jornalismo se defronta com os limites da linguagem: não há como descrever, ainda que de forma aproximada, o que aconteceu na casa de shows Kiss (...).

E mesmo que as imagens técnicas, demonstrando mais uma vez seu domínio nos tempos atuais, avancem na explicitação do fato em si, ainda resta a dor para ser descrita. (COSTA, 2013)

A maioria dos artigos que se seguiram batia duramente no “sensacionalismo” da cobertura, entretanto frequentemente baseando-se em “ideias prontas”. Assim, enquanto Pedro Aguiar (2013) produzia uma notável articulação entre um filme crítico do jornalismo (*Nos bastidores da notícia*) e o comportamento de William Bonner em seu deslocamento para a ancoragem do Jornal Nacional no próprio local da tragédia, Raphael Tsavkko Garcia (2013) associava eventos semelhantes para reiterar a acusação da cobertura como algo “grotesco”, condenando especialmente “a insistência nas perguntas-clichê nos momentos de maior dor de familiares ou mesmo vítimas: ‘Como você está se sentindo?’, ‘O que você pensa disso ou daquilo?’, ‘Qual a sensação?’”.

É constatável o apelo fácil à pergunta sobre o sentimento de quem enfrenta uma perda brutal e imprevista, e à previsibilidade do *close* para capturar a lágrima, a boca trêmula, a fala entrecortada. No entanto, o argumento de Lambert (2005, p. 15) pode relativizar essa certeza do senso comum: ao comentar um documentário de Anne Aghion sobre o genocídio em Ruanda¹¹, ele cita uma passagem significativa sobre a “vulgaridade” das perguntas feitas a duas mulheres sobreviventes:

Mas por que é que nos interrogam? Querem saber o que sentimos com o regresso deles [os agressores hutus]?

Esses brancos que nos fazem perguntas? (...)

¹¹ *Au Ruanda on dit*, de Anne Aghion, 2003. Em 1994, cerca de 800 mil pessoas naquele país foram massacradas pelos extremistas hutus. As vítimas foram sobretudo da etnia tutsi, mas também hutus contrários à violência.

Como é que poderíamos sentir-nos bem? Arrastamo-nos na solidão, mesmo durante a noite.

Sim, vagamos na solidão. Passas o dia andando de um lado para o outro e, de noite, não dormes. O que é que queres que se faça? Tens uma solução? É assim, e pronto. (...)

Já chega. Esses brancos fazem-nos perguntas bizarras. (...)

Lambert afirma que essa “sequência lancinante” é um ato de respeito da cineasta às duas mulheres:

Sufrimento inultrapassável e espanto pelas perguntas que lhes fazem: de que direito fazer uma tal pergunta? Quem ousa fazê-la? Como dizer o indizível? Quem realiza o que resta das suas vidas? Sim, Anne Aghion sabe tudo isso, sente bem os riscos da exibição, da espectacularização do sofrimento. E é, justamente, porque esta questão é central no seu filme que ela respeita e, apesar disso, provoca a palavra das mulheres. Então eu, como espectador, já não sou um simples *voyeur*. Passo a interrogar-me, com as duas mulheres e com a realizadora, sobre o acto que consiste em escutar as suas respostas.

É claro que uma coisa é um documentário, outra um noticiário televisivo feito “em tempo real”, mas o comentário é relevante para mostrar que a pergunta sobre “como você se sente” não é de todo absurda e, dependendo da relação que se estabeleça entre jornalista e entrevistado, pode ser muito reveladora.

Dou como exemplo uma breve passagem exibida pela GloboNews, já dias depois do ocorrido, em que o repórter pergunta a uma mulher que havia perdido a sobrinha o que ela mais desejava naquele momento. Ela aparenta calma e diz que o que mais queria era estar com a sobrinha, mas já que isso não é possível... hesita um pouco até concluir: “eu não sei o que quero”.

Expor uma cena dessas é relevante para estabelecer um vínculo afetivo com quem assiste e pode tentar se colocar na condição da pessoa que sofre. Da mesma forma, a entrevista para o programa de Ana Maria Braga¹², no dia seguinte ao incêndio, com a mãe de dois rapazes – um morto naquela madrugada, o outro que morreria dias depois no hospital –, é um depoimento especialmente revelador por pelo menos dois motivos: porque fala de uma mulher simples que gostava da apresentadora, colecionava suas receitas e pensava em um dia estar mesmo a conversar com ela, mas para falar de suas habilidades culinárias, e nunca naquela situação tão triste; e porque essa mulher simples usa esse espaço para esse grito de

¹² O programa de variedades “*Mais Você*” vai ao ar pela manhã de segunda a sexta na Rede Globo e é desses típicos espaços de entretenimento na grade de programação.

dor e revolta contra o absurdo que se abateu sobre ela e tantos outros, apresentando-se como uma porta-voz do sofrimento e do protesto coletivo, pois clamava por justiça, pela identificação dos responsáveis por aquela tragédia. (MORETZSOHN, 2013a).

Ao mesmo tempo, é preciso um mínimo de preparo para entender que uma tragédia não produz apenas cenas de desespero, mas também, e muito frequentemente, a paralisia do choque. Ao interromper o depoimento de uma garota que havia perdido a irmã no incêndio para questionar como ela podia estar “tão calma e equilibrada”, o apresentador Faustão demonstrou essa ignorância. Essenfelder (2013) destacou a cena para afirmar, baseado na pesquisa de Coté e Simpson (2000) sobre o trabalho jornalístico em situações traumáticas, que a aparente “calma” de uma pessoa afetada por tragédia não quer dizer rigorosamente nada: “cada vítima lida com a tragédia à sua maneira, e, embora haja alguns padrões recorrentes, é impossível para o jornalista avaliar, em campo e sem treinamento, o efeito do choque”.

6. Conclusão

Acolher a emoção como um valor para o jornalismo, de acordo com a fundamentação apresentada aqui, significa reconhecer uma necessidade e enfrentar uma enorme dificuldade: a de capturar o sentimento sem cair no clichê. E isto vale tanto para grandes tragédias como para acontecimentos cotidianos que envolvem drama.

Quem conhece a rotina das redações sabe que em momentos assim há uma intensa pressão das chefias por imagens fortes, que tendem justamente à reprodução dos clichês. Entretanto, rejeitá-los seria, em qualquer caso, o ponto de partida para o trabalho jornalístico, tendo em vista seu compromisso com o fato singular, a ser devidamente contextualizado.

Da mesma forma que não se pode cobrir uma guerra de maneira estritamente racional, apresentando-a na lógica do jogo de poder – “a continuação da política por outros meios”, na famosa definição de Clausewitz –, excluindo o sofrimento humano que esse jogo provoca, não é possível pensar na cobertura de uma tragédia como a de Santa Maria sem a exposição do drama vivido pelas pessoas. Do ponto de vista da singularidade, temos aqui um aspecto essencial, que os grandes jornais não perceberam e que Marcia Benetti (2013) apontou em um relato de alta sensibilidade sobre o alcance e a intensidade daquela dor:

(...) Por que, a final, doeue verdadeiramente em tantas pessoas?

É porque ali, talvez alguns se lembrem, ali não era uma boate. Ali era a distribuidora da Brahma. A distribuidora do Ives Roth, que para mim era “o pai do

Cabeto”. Na frente dali, não era o Carrefour. Era o colégio Hugo Taylor, a antiga Escola de Artes e Ofícios, de propriedade da cooperativa dos ferroviários.

Natural de Santa Maria, Benetti discorre sobre a sua memória afetiva e de repente a cidade aparece – um pouco à maneira do antológico *Poema Sujo* de Ferreira Gullar – “em suas quitandas, praças e ruas”, reconhecível por quem é do lugar, imaginada por quem é de fora (MORETZSOHN, 2013b). Depois, comentaria: “por que um grande acontecimento afeta tanta gente (em tese, gente ‘distante’)? Porque a proximidade nunca é só geográfica. Ela é também emocional”.

Teríamos então um vasto campo a explorar, para quem pretender se dedicar a uma análise mais ampla sobre os chamados “valores-notícia”.

De todo modo, restará sempre a dúvida: como dizer o indizível? Essenfelder (2013) argumenta que, eventualmente, “o melhor que o repórter tem a fazer diante de uma tragédia é silenciar. E respeitar o silêncio dos sobreviventes”. Luciano Martins Costa (2013) considera que “há acontecimentos que simplesmente não podem ser descritos” e sugere que por isso dois dos grandes jornais nacionais, o *Globo* e o *Estado de S.Paulo*, “aceitaram a oferta do midiático poeta gaúcho Fabrício Carpinejar” e reproduziram em suas páginas e sites o poema “Tragédia em Santa Maria”. Se pudermos aceitar a emoção como componente do jornalismo e incorporar – ou, antes, recuperar – a sensibilidade dos campos da arte e da literatura ao relato jornalístico, talvez possamos enfrentar melhor aquela pergunta.

Referências

AGUIAR, Pedro. Como usar o drama para fazer marketing. São Paulo: **Observatório da Imprensa**, 2013. ed. 731, 30 jan. Disponível em http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/como_usar_o_drama_para_fazer_marketing. Acesso em 30 jan. 2013.

AMARAL, Marcia Franz. O enquadramento nas catástrofes: da interpelação da experiência ao relato da emoção. Niterói: **Contracampo**, nº 22, fev. 2011, p. 65-82.

BENETTI, Marcia. A dor que um psicanalista não entendeu. Porto Alegre, 5/2/2013. Disponível em <http://www.facebook.com/marcia.benetti/posts/10200329071726656>. Acesso em 5 fev. 2013.

COSTA, Luciano Martins. O horror e os limites da linguagem. São Paulo: **Observatório da Imprensa**, 2013. Ed. 730, 28 jan. Disponível em http://www.observatoriodaimpresa.com.br/news/view/o_horror_e_o_limite_da_linguagem.

Acesso em 28 jan. 2013.

COTÉ, William e SIMPSON, Roger. **Covering violence**: a guide to ethical reporting about victims and trauma. New York: Columbia University Press, 2000.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das Mídias**. São Paulo: Contexto, 2006.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 1994.

DAMÁSIO, António. **O erro de Descartes**. Emoção, razão e o cérebro humano. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

ESSENFELDER, Renato. Respeito às vítimas. São Paulo: **Observatório da Imprensa**, 2013. ed. 732, 5 fev. Disponível em http://www.observatoriodaimpresa.com.br/news/view/ed732_respeito_as_vitimas Acesso em 5 fev. 2013.

GARCIA, Raphael Tsavkko. Jornalismo ou a arte do grotesco? São Paulo: **Observatório da Imprensa**, 2013. ed. 731, 29 jan. Disponível em http://www.observatoriodaimpresa.com.br/news/view/como_usar_o_drama_para_fazer_marketing. Acesso em 29 jan. 2013.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide**. Para uma teoria marxista do jornalismo. Florianópolis: Sulina, 2012.

GIANETTI, Eduardo. **Auto-engano**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2011.

GOMIS, Lorenzo. **Teoría del periodismo**. Cómo se forma el presente. Barcelona: Paidós, 1991.

HAGEN, Sean. **A emoção como estratégia de fidelização ao telejornal**: um estudo de recepção sobre os laços entre apresentadores e telespectadores do Jornal Nacional. Porto Alegre: UFRGS, tese de doutorado, 2009.

JÁUREGUI, Carlos e ANTUNES, Elton. Encantando cães: a indignação nos manuais de redação. **Anais do 10º SBPJor**. Curitiba: PUC-PR, 2012.

LAMBERT, Frédéric. A imagem em actos, in **Trajectos**. Revista de Comunicação, Cultura e Educação. Lisboa: Casa das Letras, nº 7, Outono de 2005, p. 11-20.

MORETZSOHN, Sylvia Debossan. A emoção útil e a charge infeliz. São Paulo: **Observatório da Imprensa**, 2013a. Ed. 731, 29 jan. Disponível em http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/a_emocao_util_e_a_charge_infeliz. Acesso em 29 jan. 2013.

_____. Sobre memória, afetos e jornalismo. São Paulo: **Observatório da Imprensa**, 2013b. Ed. 733, 12 fev. Disponível em http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/_ed733_sobre_memoria_afetos_e_jornalismo. Acesso em 12 fev. 2013.

SERRA, Antonio A. **O desvio nosso de cada dia**. A representação do cotidiano num jornal popular. Rio de Janeiro: Achiamé, 1980.

SONTAG, Susan. **Olhando o sofrimento dos outros**. Lisboa: Gótica, 2003.

TOURINHO, Carlos. A diferença entre o remédio e o veneno. São Paulo: **Observatório da Imprensa**, 2013. Ed. 730, 28 jan. http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/_ed731_a_diferenca_entre_o_remedo_e_o_veneno. Acesso em 28 jan. 2013.